EDITORIAL 3

Enigma andino

Evo Morales, o primeiro presidente indígena da Bolívia, será mesmo o divisor de águas na história da democracia latino-americana que as esquerdas apregoam? Ou será que apesar dos trajes e do penteado típicos usados na posse também nesse caso as aparências enganam? Para começar, Mario Vargas Llosa duvida que Morales seja de fato o primeiro presidente indígena da Bolívia. Lembra o escritor peruano que pela presidência do país andino — até recentemente um cargo de alta rotatividade — passaram inúmeros militares de origem não propriamente européia, que antes de se tornarem generais golpistas foram soldados rasos oriundos das camadas humildes.

Questões étnicas ou raciais à parte, Morales agora é o presidente de todos os bolivianos, e isso inclui tanto os milhões de índios, predominantemente aimaras e quéchuas, como a ínfima minoria européia. Chega ao mais alto posto de comando do país como um revolucionário em potencial (no bom e no mau sentidos) disposto a fazer o que antecessores raramente tentaram: erradicar a pobreza.

Seria estranho se um presidente com o seu perfil tivesse outro discurso. O problema é dispor de meios políticos e administrativos para transformar um país pobre num país rico — ou pelo menos dar a partida nessa direção. Para os eleitores, Morales é uma promessa de mudança. Para as empresas de energia, entre elas a Petrobras, os maiores investidores da Bolívia, seu discurso soa como

ameaça de ruptura. Para a metade rica da Bolívia, ele pode ser o estopim da guerra civil caso insista em impor uma reforma agrária à sua maneira, ou transfira para o Estado o controle da economia.

Se for inflexível na presidência como nos palanques, Morales terá dificuldade para resolver a equação boliviana. De um lado, vi-

rão as cobranças dos eleitores. De outro, poderá haver uma revoadada de investidores se os contratos forem desonrados — ou o gás nacionalizado sem reparações. A riqueza da Bolívia jaz no subsolo, é volátil por definição, e o presidente precisará dos recursos e da tecnologia do resto do mundo para extraí-la e convertê-la em moeda de troca, antes de distribuir os dividendos entre os bolivianos.

Morales
enfrenta
desafio de
evitar cisão
da Bolívia

EDITORIAL 4

Retrocesso legal

Aceleração, por seis dos onze ministros do Supremo Tribunal, da tese da inconstitucionalidade da eliminação do regime de progressão de penas para condenados por crimes hediondos é uma derrota da sociedade. Como bem disse Celso de Mello — um dos cinco ministros contrários ao veredicto — genocidas, seqüestradores, homicidas perigosos, entre outras categorias de bandidos, voltarão a ser tratados nos tribunais como delinqüentes comuns.

E assim se abre uma porta legal para que Fernandinho Beira-Mar, o ex-deputado federal Hildebrando Pascoal, o homem da motosserra e outros desse nível ganhem as ruas em breve. Afinal, é característica desse tipo de condenado ter bom comportamento na prisão, um dos requisitos para a redução de pena. O mau comportamento eles assumem em liberdade.

A decisão apertada foi tomada num pedido de hábeas-corpus em nome do pastor evangélico Oséas de Campos, esturador de quatro crianças em Campos de Jordão, em São Paulo, e condenado a 18 anos de cadeia. Agora, poderá ganhar liberdade cumprido um sexto da pena, inaceitáveis três anos. Juristas parecem quase unânimes no aplauso ao Supremo. Que, ao contrário, dividiu-se. Entende-se, pois no formalismo da lei é defensável a interpretação de que as penas são individualizadas. Pela Constituição, não poderia haver uma regra geral para enquadrar todos os acusados de cometer certos crimes.

O problema é quando normas como essa se aplicam à realidade. O voto dos seis ministros que acolheram a argumentação do pastor esturador — entre eles o relator do processo, Marco Aurélio de Mello — é condizente com um

país onde a polícia é competente na investigação e na prevenção; em que o sistema penitenciário é eficiente, capaz de ressocializar o preso e, dentro dos parâmetros de respeito aos direitos humanos, dura com quem merece; e onde a Justiça se notabiliza pela eficiência na avaliação dos processos, notadamente daqueles com pedidos de reavaliação de penas.

Infelizmente, esse país não é o Brasil. No Brasil, um bandido como Elias Maluco assassinou Tim Lopes porque estava solto no gozo do benefício de uma progressão de pena, norma aplicada quase sempre sem o verdadeiro conhecimento da periculosidade do condenado. E que quando passa

ao regime de prisão semi-aberta escapa de qualquer controle. No país chamado Brasil, basta consultar o noticiário policial para se constatar que grande parte dos crimes é cometida por beneficiários da aplicação mecânica e burocrática da norma validada pelo Supremo para os condenados por crimes bárbaros.

O desfecho do julgamento no STF aumenta o descrédito na Justiça e reforça a legião daqueles que aplaudiram Maria do Carmo Grisloti por ter assassinado, numa delegacia em São Carlos, São Paulo, o menor que estuprara o filho dela de três anos. Ao ouvir o esturador desdenhar do crime, por saber-se protegido pelo Estatuto do Menor, Grisloti fez justiça com as próprias mãos. Por mais compreensível que o ato tenha sido, deuse um passo rumo à barbárie.

É o que tem de ser evitado depois do erro cometido por seis ministros do STF. Por isso, o Congresso precisa chamar para si o problema e fazer as mudanças necessárias na Constituição com a finalidade de se restabelecer o rigor da Lei dos Crimes Hediondos, como requer o Brasil real.

Supremo
entra na
contramão
do Brasil
real